

## **A SEXUALIZAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO NO CENÁRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE SUA INFLUÊNCIA NO DEBATE PÚBLICO<sup>1</sup>**

Karlan Yury Keiner<sup>2</sup>, Daniel Moraes Pinheiro<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Vinculado ao projeto “Educação e Cultura Política”

<sup>2</sup> Acadêmico de Administração Pública – ESAG – Bolsista PROBIC / UDESC

<sup>3</sup> Orientador, Departamento de Administração Pública – ESAG – daniel.m.pinheiro@gmail.com

Nas últimas décadas o desenvolvimento de pautas voltadas para o âmbito social, como os direitos sexuais e reprodutivos, além das questões identitárias e de saúde pública, ganharam visibilidade no Brasil, assim como em boa parte do ocidente. Neste sentido, a promoção de projetos e programas que visam superar desigualdades e discriminações é uma forma de buscar reparar problemas estruturais da sociedade moderna. Stanley (2018), Cepêda (2018), Miskolci e Campana (2017) demonstram que a discussão desses temas contesta papéis historicamente consolidados, como a figura do homem provedor, da mulher recatada e do lar, além do silenciamento dos sujeitos que não se encaixam no conceito de heteronormatividade; o que acaba gerando certo desconforto na sociedade, considerando o confrontamento ao *status quo* e à família tradicional: aqueles que não seguem o mesmo padrão de vida tornam-se uma ameaça às instituições, historicamente consolidadas, potencializando a ideia de “nós versus eles”.

Este trabalho procura avaliar como as questões relacionadas a gênero, saúde sexual e reprodutiva e demais temas supracitados podem incorrer na sexualização da política – quando deturpados intencionalmente. Importante ressaltar que essas discussões norteiam o debate público, moldam comportamentos sociais e incidem na formulação de políticas públicas. Serão apresentados episódios que empreenderam uma ofensiva contra as questões de gênero e direitos da comunidade LGBTQIA+, como os escritos do então cardeal Ratzinger (1997), do professor universitário Jorge Scala (2011) e do Documento de Aparecida (2007). Busca-se, ainda, a lógica política dos que apelam ao discurso voltado para a reação às pautas reformadoras, a fim de compreender as motivações de seus emissores, seu público-alvo e desdobramentos, partindo de pesquisa bibliográfica e documental. Para isso, a pesquisa divide-se em três partes: na primeira, “A lógica da sexualização do discurso político”, procurar-se-á compreender a lógica reacionária que pretende frear o progresso das pautas que abarcam uma parcela que não era representada até então. Para isso, se demonstrará incidências destes discursos na prática, elencando episódios onde tal estratégia fora adotada - e que serão contemplados na segunda parte, “A sexualização da política no Brasil”. Na última, “A relação da sexualização do discurso político com a cultura política”, serão apresentadas estratégias históricas e contemporâneas que servem de alicerce para a manutenção do sistema vigente de produção, indicando um *modus operandi* segregador.

O texto conta com teorias de Reich (1988), que no século passado sugeria que o homem é domesticado desde o seio familiar (Estado em miniatura), sendo ensinado a represar seus impulsos sexuais e demais vontades, seguindo uma ordem moral autoritária. Ao tolher a liberdade do sujeito desde a mais tenra idade, as demais instituições são incumbidas de realizar suas tarefas, completando o ciclo doutrinário do sistema vigente — onde a estrutura e ideologia do Estado é moldada. O autor ainda complementa que a inibição moral da sexualidade acaba por internalizar sentimentos negativos do indivíduo, tornando-o medroso e submisso. Esse processo não apenas

transforma em tabu os assuntos relacionados ao sexo, mas também os relaciona ao medo e ao constrangimento, fazendo com que o sujeito tenha de buscar liberar suas tensões de outras formas; como, por exemplo, através de comportamentos sádicos.

Miskolci e Campana (2017) contribuem com outra consideração: alguns países parecem menos abertos a estas questões, por não terem passado por uma revolução cultural, como é o caso da França e dos Estados Unidos da América. Destacam, ainda, que no Brasil as pautas relacionadas aos direitos humanos, por terem sido capitaneadas pelos movimentos políticos de esquerda, costumam ser relacionadas ao comunismo e interpretadas como “ameaças à sociedade”. Miguel (2016) atenta para o fato de que, para essa interpretação, o fim da divisão social do trabalho ser visto como uma ameaça a ser evitada, levando em conta que seu fim seria um passo imprescindível rumo ao comunismo, reforçando pânicos morais em boa parte da população.

Trata-se de um ensaio teórico, fundamentado em pesquisa bibliográfica, histórica e documental, de natureza qualitativa-interpretativa. Através deste método de pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico, catalogando obras, artigos e documentos que pudessem contribuir com o estudo; incorrendo posteriormente na seleção bibliográfica, trazendo os materiais que serviram de subsídio ao estudo, e por fim, na inserção e análise dos conteúdos identificados como relevantes.

O resultado do estudo sugere que, por envolver questões tão sensíveis à cultura brasileira, especialmente quando se leva em conta a ascensão das igrejas neopentecostais, a tradição católica arraigada no corpo social nacional, o conceito de “cultura judaico-cristã” e um passado permeado por episódios autoritários, é compreensível a indisposição para com assuntos como saúde sexual e reprodutiva, igualdade de gênero, direitos LGBTQIA+ e, inclusive, os Direitos Humanos. Nesse processo de defesa das tradições e costumes, atos de repressão são instituídos e normalizados, incorrendo na desmoralização de grupos minoritários, na supressão de suas liberdades e oportunizando tratamentos desumanos entre os cidadãos de diferentes grupos. Essa problemática acaba sendo somada aos demais conflitos político-sociais que afetam o cotidiano da população, como a ansiedade econômica contemporânea, maximizando as tensões já existentes na sociedade — e, consequentemente, sendo território fértil para a disseminação de notícias falsas.

**Palavras-chave:** Política. Brasil. Sexualização da política. Questões de gênero.

## REFERÊNCIAS

- CELAM. (2007) **Documento de Aparecida**. Texto conclusivo da V Conferência do Episcopado latino-americano e do Caribe. São Paulo: CNBB, Paulus, Paulinas. 298p.
- CEPÉDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. Mediações - **Revista de Ciências Sociais**. Universidade Estadual de Londrina, v.23, n.2. p. 40-74, 2018.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-748, dez. 2017.
- REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- SCALA, Jorge. **Ideologia de Gênero**: neototalitarismo e a morte da família. São Paulo - SP: Editora Katechesis, Editora Artpress, 2011.
- STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre –RS: L&PM Editores, 2018.